



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



ricas pitorescas, mas uma vigorosa unidade econômica e demográfica.

A importância do problema nordestino, em função do plano de desenvolvimento global do país, reclama agora um tratamento prioritário por parte do Governo Federal. Isso não significa que, durante o período de administração já transcorrido, haja o Presidente da República, em qualquer momento, subestimado a preemência dos grandes problemas econômico-sociais daquela região. Tenho procurado sempre impulsionar, num todo harmônico e sem discriminações, o progresso dêste país, em tôdas as latitudes. A diretriz de governo por mim estabelecida — na execução dos planos de obras que se desenvolvem de Norte a Sul e de Leste a Oeste — é a de obter o progresso simultâneo das diferentes regiões brasileiras. Por ocasião do terceiro aniversário do meu Governo, fiz extensos relatos do que já foi feito nesse sentido.

O Nordeste sempre esteve entre os objetivos fundamentais do meu programa de administração. O presente governo continuou e intensificou obras da maior significação nos Estados da faixa nordestina e esteve na vanguarda de importante iniciativa para a solução dos problemas mais graves da região. Em maio de 1956, tive o privilégio de comparecer ao Encontro dos Bispos de Campina Grande, onde foi proposto um plano de ação com a necessária assistência das repartições e técnicos federais vinculados ao assunto.

Nessa oportunidade, assinei dezenove decretos executivos conforme as conclusões da reunião dos Bispos, sancionando medidas que beneficiavam todos os Estados nordestinos.

Em conseqüência, foram iniciados projetos relativos à fundação de núcleos coloniais e de abastecimento; ao reaparelhamento de portos, particularmente os de Itaqui, Areia Branca e Recife. O governo está reali-

125

126

127

128

zando, sob a direção do Bispo de Mossoró, trabalhos de irrigação numa área de cerca de dois mil hectares, construindo escolas, maternidades, postos de saúde, fábricas de farinha e, sobretudo, casas populares. Em julho de 1958, como decorrência das recomendações do Encontro dos Bispos, foram inauguradas doze maternidades, onze postos de saúde e um grande conjunto educacional, dotado de ginásio, escola de comércio e escola normal. Em junho próximo, terceiro aniversário da reunião de Campina Grande, serão inaugurados os núcleos de abastecimento em Recife e Fortaleza.

129 Em julho de 1956, criei um grupo de trabalho, subordinado ao Conselho de Desenvolvimento, do qual fazem parte numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, empenhados no estudo e formulação de uma política de desenvolvimento no Nordeste. Entre as providências de âmbito regional resultantes daquele trabalho, destaca-se o plano de abastecimento de água, pôsto em vigor pelo Decreto n.º 4.478, de 6 de novembro de 1958. Por outro lado, a Comissão do Vale do São Francisco e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco tiveram apoio total do governo, no sentido de intensificar seus programas de colonização e eletrificação no Nordeste, cujas atividades produtivas também tiveram, na medida do possível, a cobertura financeira do Banco do Nordeste e do Banco do Desenvolvimento Econômico.

130 Quanto às outras iniciativas de meu governo, cabe recordar, nesta oportunidade, os fatos arrolados na documentada exposição feita à Câmara dos Deputados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Almirante Lúcio Meira. Obras de grande alcance foram executadas na região, não só no setor mais visado da engenharia hidráulica, como, no âmbito de um plano coordenado, serviços de irrigação, drenagem, abertura de estradas, perfuração de poços tubulares, piscicultura, agricultura racional, eletrificação, educação e assistência social.

Fizeram-se grandes avanços no programa de açudagem e irrigação. 131

A partir de 31 de janeiro de 1956, foram concluídas obras de açudagem que represarão quase 3 bilhões e 600 milhões de metros cúbicos de água, seja, cerca de 120 por cento adicionais em relação ao total de reservatórios terminados desde o Império até àquela data. 132

Até maio de 1958, o D.N.O.C.S. havia construído 439 açudes em regime de cooperação, com a capacidade total de armazenamento de 907.788.000 metros cúbicos de água. Atualmente, o número de açudes em construção, no referido regime, é de 187, convindo notar que, no início do atual governo, havia apenas 83 em construção. O Serviço Agro-Industrial do D.N.O.C.S. tem desenvolvido programa de colonização nos 18 açudes sob o seu controle, 14 dos quais já dispõem de rede irrigatória. 133

Encontram-se, atualmente, nessas áreas, 10.988 famílias, com 65.694 pessoas, todas vivendo à custa do próprio trabalho. O Ministério da Viação tem promovido o aproveitamento dos reservatórios de água do Nordeste, não só por meio de irrigação e do incremento da piscicultura, como através da captação do respectivo potencial hidrelétrico. Antes do atual Governo, havia apenas uma pequena turbina de 200 c. v. instalada no açude Piranhas. Hoje, estão encomendados, ou em fabricação, 10 grupos hidrelétricos, os quais, em conjunto, terão uma potência de cerca de 22.330 c.v. No tocante à construção de estradas, sem falar nas grandes vias de ligação e penetração, de caráter nacional, o Governo Federal entregou ao tráfego 1.230 quilômetros de rodovias no biênio 1956-1957. 134

Note-se que, de 1909 a 1955, haviam sido construídos, ao todo, 9.980 quilômetros de estradas de rodagem. Outros empreendimentos do meu governo no Nordeste abrangearam providências para instalação de

uma rede de silos e armazéns; auxílio financeiro da União para instalação de adutoras e serviços públicos de abastecimento de água nos centros urbanos de população superior a mil habitantes, sendo iniciados ou concluídos, de 1956 a 1958, serviços de abastecimento de água em cem cidades nordestinas, dos quais se destacam as obras de Campina Grande, com despesas estimadas em 250 milhões de cruzeiros; construção de campos de pouso, com pistas superiores a 1.200 metros, em cinco cidades. O Governo aplicou, ainda, 5 milhões e 500 mil dólares para aquisição de novo equipamento para o D.N.O.C.S. e a recuperação de máquinas usadas.

136 A seca do ano passado exigiu a mobilização de vultosos recursos para assistência às populações nordestinas, tendo sido aprovado, entre dotações orçamentárias, créditos de emergência, extraordinários e rotativos, um total de cerca de onze bilhões de cruzeiros. Foram alistados pelo D.N.O.C.S. e outros órgãos federais mais de quinhentos mil trabalhadores e abertas cerca de trezentas frentes de trabalho.

137 Todo esse programa de obras e os grandes recursos públicos investidos no Nordeste não bastaram para diminuir o atraso dessa região em relação a áreas mais adiantadas do país, como o Centro-Sul. E é certo que esse desequilíbrio persistirá, a não ser que uma política de desenvolvimento coordenado das atividades produtivas do Nordeste, com base no estudo meticoloso das peculiaridades da região, traga uma modificação de estrutura na economia nordestina.

138 A esse respeito, o grupo de trabalho que fôr por mim incumbido de concluir o diagnóstico dos problemas nordestinos reuniu dados e chegou a conclusões da maior significação para o estabelecimento de um novo programa de ação do Governo Federal. Com uma população igual à da Argentina e um ritmo de crescimento demográfico anual de 2,5 %, correspondendo, aproxi-

madamente, a quinhentas mil pessoas por ano, o Nordeste é seguramente uma das regiões menos desenvolvidas do hemisfério ocidental, com uma renda *per capita* de menos de 100 dólares, semelhante à das regiões mais pobres do Continente. Segundo os estudos econômicos já realizados, a diferença de grau de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul do país é maior que a existente entre esta última região e as nações mais industrializadas da Europa Ocidental.

A produtividade no Centro-Sul brasileiro é, na agricultura, cerca de 52 % maior que no Nordeste e aproximadamente 63 % no conjunto das demais atividades econômicas. A diferença de produtividade no setor industrial é também muito superior à média do setor não agrícola. A área de cultivo agrícola no Centro-Sul do Brasil era, em 1950, 85 % maior do que no Nordeste. Toda uma constelação de fatores se associa, deste modo, para acentuar o desequilíbrio, que está vinculado a duas causas básicas: escassez relativa do fator terra no Nordeste e menor concentração de capitais.

Essa diferença estrutural em níveis de desenvolvimento, dentro do Brasil, não seria tão grave se apresentasse tendências para diminuir.

Entretanto, os números comprovam que a participação do Nordeste na renda nacional se reduziu, de 1948 a 1956, de 15,5 % para 13,4 %. A renda *per capita* nordestina, em 1948, era de 37,3 %; a do habitante do Centro-Sul, em 1956, baixara a 32 %.

O ritmo de crescimento do Nordeste, segundo os dados relativos à sua produção real, corresponde a pouco mais da metade do observado no Centro-Sul. Projetando-se no futuro essa tendência, chega-se à conclusão de que em 1970 a renda *per capita* do Nordeste será de apenas 118 dólares, enquanto a do Centro-Sul alcançará 440 dólares. Diversos fatores negativos, que já foram devidamente indicados pelos economistas, con-

139

140

141

142

tribuem para frear o desenvolvimento da economia nordestina.

- 143 Como é sabido, o complexo econômico do Nordeste se reparte entre duas subregiões com características próprias: a faixa úmida do litoral, localizada entre os contrafortes da Borborema e o oceano Atlântico, que vai da Bahia ao Rio Grande do Norte; e a zona semi-árida, abrangendo extenso território do Piauí à Bahia. Os aspectos mais dramáticos do problema do Nordeste se concentram especialmente na região semi-árida, onde vivem cerca de doze milhões de pessoas, que se dedicam basicamente a uma agricultura de sobrevivência, de baixo rendimento, à cultura do algodão e outras plantas xerófilas, e à pecuária. A economia dessa área é particularmente débil; a sua produtividade, quase primitiva. A produção agrícola de subsistência é praticamente absorvida na alimentação da grande massa de trabalhadores rurais.
- 144 Os únicos fatores de renda monetária, cuja maior parte se destina aos proprietários das terras, são a cultura do algodão e a criação do gado. As fraquezas naturais desse sistema de produção, que retira à maioria, ocupada na lavoura de subsistência, os benefícios elementares da comercialização de seus produtos, vem juntar-se a calamidade periódica das secas.
- 145 O grave problema climatérico, que provoca ciclos freqüentes de crise de produção, deve ser entendido em seus aspectos econômicos fundamentais para a formulação de uma nova política de Governo. As estiagens repetidas, embora sérias em térmos da irregularidade e concentração pluviais, podem ser progressivamente controladas, por meio do represamento de água e de outros recursos da tecnologia moderna.
- 146 Mas a intensificação das grandes obras de engenharia hidráulica no Nordeste, empreendidas pelo go-